

Fernando Zolin-Vesz  
(Org.)

## LINGUAGENS E DESCOLONIALIDADES

Práticas linguageiras e produção de  
(des)colonialidades no mundo contemporâneo

volume 2

Pontes

Todos os direitos desta edição reservados à Pontes Editores Ltda.  
Proibida a reprodução total ou parcial em qualquer mídia  
sem a autorização escrita da Editora.  
Os infratores estão sujeitos as penas da lei.

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Zolin-Vesz, Fernando (Org.)  
Linguagens e descolonialidades: Práticas linguageiras e produção  
de (des)colonialidades no mundo contemporâneo - volume 2  
Fernando Zolin-Vesz (Org.)  
Campinas, SP : Pontes Editores, 2017.

Bibliografia.

ISBN - 978-85-7113-864-3

1. Linguagem e línguas 2. Gêneros - identidades 3. Comunicação I. Título

#### Índices para catálogo sistemático:

1. Linguagem e línguas - 407
2. Gêneros - identidades - 370
3. Comunicação - 302.2

- GROSFUGUEL, R. La descolonización del conocimiento: diálogo crítico entre la visión descolonial de Frantz Fanon y la sociología descolonial de Boaventura de Sousa Santos. In: *Formas-Otras: Saber, nombrar, narrar, hacer* (IV Training Seminar de jóvenes investigadores en Dinámicas Interculturales), Barcelona: Fundación CIDOB, 2011a, p. 97-108.
- GROSFUGUEL, R. Decolonizing Post-Colonial Studies and paradigms of political economy: transmodernity, decolonial thinking and global coloniality. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, v. 1, n. 1, 2011b.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. (Eds.) *Disinventing and reconstituting languages*. Toronto: Multilingual Matters, 2007.
- MERTZ, E. Recontextualization as socialization: text and pragmatics in the Law School classroom. In: SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. (Eds.) *Natural histories of discourse*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 229-252.
- MIGNOLO, W. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. In: MALDONADO-TORRES, N.; SCHIWIY, F. (Eds.) *Colonialidad del ser y del saber: videos indígenas y los límites coloniales de la izquierda en Bolivia*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006, p. 11-22.
- PENNYCOOK, A. *Language as a local practice*. Londres: Routledge, 2010.
- PENNYCOOK, A. *Language and mobility: unexpected places*. Toronto: Multilingual Matters, 2012.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems research*. v. VI, n. 2, 2000, p. 342-386.
- SANTOS, B. S. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.
- RAMPTON, B. *Language in Late Modernity: interaction in an urban school*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SCOLLON, R.; SCOLLON, S. W. *Nexus analysis: discourse and the emerging internet*. Londres: Routledge, 2004.
- SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. (Eds.) *Natural histories of discourse*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.
- URBAN, G. Entextualization, replication and power. In: SILVERSTEIN, M.; URBAN, G. (Eds.) *Natural histories of discourse*. Chicago: The University of Chicago Press, 1996, p. 21-44.

## CAPÍTULO 2

### PÓS-COLONIALISMO E LINGUÍSTICA: RELAÇÃO (IM)POSSÍVEL?

Cristine Gorski Severo

Atribuímos uma importância fundamental ao fenômeno da linguagem. É por esta razão que julgamos necessário este estudo, que pode nos fornecer um dos elementos de compreensão da dimensão para-o-outro do homem de cor. Uma vez que falar é existir absolutamente para o outro (Franz Fanon, *Pele Negra, Máscaras Brancas*).

Este capítulo apresenta um caráter ensaístico ao problematizar os limites e desafios enfrentados pela Linguística, enquanto campo de saber estruturado a partir do século XIX (ROBINS, 1983), diante de indagações postas pela crítica pós-colonial. Não se trata de discorrer sobre o percurso histórico de emergência da Linguística como campo disciplinar, mas, antes, de problematizar a presença de poucas reflexões, no âmbito dos estudos linguísticos, sobre a relação entre línguas, colonialismo e pós-colonialismo, especialmente quando comparamos esse campo de saber com os estudos literários (SEVERO, 2016a; 2016b). A título de uma simples exemplificação, a categoria "Literatura pós-colonial", quando inserida no sistema de busca *Google*, apresenta 7.100 resultados; já a categoria "Linguística pós-colonial" totaliza



apenas 9 resultados<sup>1</sup>. Evidentemente, tais sintagmas não veiculam sentidos uniformes, o que mereceria uma análise mais detalhada para averiguar de que maneira o termo “pós-colonial” tem sido compreendido pelos estudos literários e linguísticos. Esse pequeno exemplo estatístico foi usado para ilustrar a maneira como as discussões feitas pelos dois campos de saber, Linguística e Literatura, operam diferentemente quando associadas às reflexões sobre pós-colonialismo. Poderíamos, a partir do exposto, indagar: quais os limites e desafios enfrentados pela Linguística para lidar, epistemologicamente, com o que tem sido rotulado de “pós-colonial”? Quais seriam as implicações políticas de uma Linguística dita pós-colonial?

Essas questões irão nortear as considerações a serem feitas neste ensaio. Não se trata de um texto conclusivo, mas reflexivo. Buscamos, a partir dessas questões, indagar a respeito da relação entre a emergência da Linguística como campo de saber (FOUCAULT, 1979; 2000) e o projeto colonial, em que a língua foi transformada em objeto a ser escrutinado, classificado, nomeado, destrinchado, analisado e descrito segundo certas regras que definem o que conta como verdadeiro dentro dos limites de um dado regime discursivo. Assumimos que os regimes discursivos não são atemporais, mas se subordinam às condições históricas e sócio-políticas específicas (FOUCAULT, 1979; 2008), sendo, portanto, as línguas “inventadas” por esses mesmos regimes. No caso deste capítulo, trata-se de considerar a relação entre Linguística e o projeto colonial a partir da crítica pós-colonial. Na sequência, essa relação será problematizada, partindo da emergência da Linguística como campo autônomo, das noções de universalidade e relativismo, do conceito de sujeito e da relação entre língua, poder e economia.

## LINGUÍSTICA E A OBJETIFICAÇÃO DA LÍNGUA: SABER E PODER EM TELA

Para refletir sobre a emergência da língua como objeto de saber moderno, apresentam-se duas propostas genealógicas que abordam o surgimento da Linguística moderna. Assumimos, para fins desta reflexão, que o nascimento da língua como objeto de saber é correlato à emergência da Linguística como campo disciplinar: as regras que definem a constituição de um objeto são dadas, segundo Foucault (2008), por uma série de aspectos: (1) os objetos emergem em condições históricas e políticas específicas e não podem ser vistos de forma imanente ou transcendente, sendo necessário considerar a relação entre “instituições, processos econômicos e sociais, formas de comportamentos, sistemas de normas, técnicas, tipos de classificação, modos de caracterização” (FOUCAULT, 2008, p. 50); (2) os objetos emergem de relações discursivas específicas que tornam possível, no limite do discurso, falar da língua a partir de um determinado prisma: nesse caso, as relações discursivas devem ser vistas como práticas e não como relações de sentido entre enunciados: trata-se de considerar a dinâmica política que torna possível a invenção sistemática da língua. Resumindo: a análise do processo de emergência da língua como objeto deve considerar o “conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2008, p. 53). Diante dessa breve exposição teórica, na sequência rastreamos a maneira como a língua emerge como objeto da Linguística a partir da perspectiva de Saussure (Linguística Geral) e de Robins (História da Linguística). Veremos que esses discursos ajudaram a construir historicamente a língua como objeto de maneiras específicas em épocas diferentes. Assumimos que os discursos não são neutros, portanto produziram efeitos políticos específicos, que serão explorados neste capítulo.



A emergência da língua como objeto de reflexão seguiu, historicamente, um percurso genealógico que, segundo os com-  
pêndios de Linguística Geral, data do período antigo. Saussure propõe a seguinte série histórica de saberes sobre a linguagem que culminou com a emergência da Linguística e a identificação de “seu verdadeiro e único objeto” (SAUSSURE, 2000, p. 7): inicialmente haveria a Gramática, pautada na lógica, na normatividade e “desprovida de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua” (SAUSSURE, 2000, p. 7) que estivesse calcada na “pura observação”. A próxima fase, especialmente a partir do século XVIII, incluiria a Filologia, cujo foco seria a interpretação de textos escritos, deixando de lado a língua falada. A Filologia seria o germe da Linguística histórica. Por fim, a terceira fase teria se iniciado com a prática de comparação das línguas, típica da Filologia comparada, que estava centrada na descrição, em vez da explicação, dos processos linguísticos. Segundo Saussure, foi mérito de Franz Bopp o estabelecimento da análise comparada das línguas, possibilitando a emergência de uma “ciência autónoma” (SAUSSURE, 2000, p. 8). Na sequência dos trabalhos comparados, vieram os neogramáticos que historicizaram os estudos comparativos. Partindo dessa retomada genealógica, Saussure (2000) instaura, por fim, a tarefa da Linguística: (1) estabelecer a descrição e história das línguas; (2) elencar as leis gerais que mobilizam o funcionamento das línguas; e (3) delimitar e definir o próprio campo. O objeto da Linguística seria a língua, “um todo por si e um princípio de classificação” (SAUSSURE, 2000, p. 17). Esse pequeno percurso histórico revela a maneira como a língua foi construída como objeto de saber, possibilitando a emergência da Linguística como campo disciplinar. O que está em jogo é a constituição de determinadas regras discursivas que possibilitam falar da língua a partir de um discurso tomado como verdadeiro e legítimo. A Linguística, então, segue o regime discursivo próprio das ciências modernas contribuindo, inclusive, para configurá-las:

classificação dos domínios do saber a partir das matemáticas, e a hierarquia que se instaura para se dirigir progressivamente ao mais complexo e ao menos exato; a reflexão sobre os métodos empíricos da indução e o esforço para, ao mesmo tempo, fundá-los filosoficamente e justificá-los de um ponto de vista formal; a tentativa para purificar, formalizar e talvez matematizar os domínios da economia, da biologia e finalmente da própria linguística. (FOUCAULT, 2000, p. 338)

Um segundo exemplo de proposta genealógica pode ser depreendido da historiografia da Linguística, conforme proposta Robins em sua *Pequena História da Linguística* (1967). O linguista apresenta um resgate cronológico dos estudos da linguagem com início no contexto filosófico grego, passando por Roma, Idade Média, Renascimento, surgimento dos tempos modernos, século XIX e século XX. Ressalta-se o posicionamento ideológico de Robins a respeito da Linguística, que assume o contexto europeu como fundamento da história geral da Linguística. Nas palavras do autor, “parece, portanto, razoável considerar a história da linguística europeia como a fundação de uma história da linguística como um todo”<sup>2</sup> (ROBINS, 1983 [1967], p. 6). Posicionamento ideológico similar é também evidente na genealogia proposta por Saussure, que prioriza a linhagem europeia, cujo regime de saber é centrado em uma tradição greco-latina e cristã. Prefere-se, nas duas propostas genealógicas, o estudo das línguas europeias, com relativa exceção conferida ao sânscrito, que acabou sendo submetido ao modelo de descrição dos estudos comparados centrado nas línguas latinas e germânicas.

Tendo feita essa breve exposição de dois casos exemplares da bibliografia linguística que abordam o percurso genealógico que culminou, no contexto europeu, com a emergência da Linguística moderna e da invenção das línguas como objetos de

2. Todas as traduções são de minha autoria.



conhecimento a partir de regras discursivas específicas, a seguir apresentam-se as críticas feitas pelos estudos pós-coloniais à Linguística.

#### DA CRÍTICA À LINGUÍSTICA: UNIVERSALISMO, RELATIVISMO, SUJEITOS E PODER EM TELA

Uma das críticas pós-coloniais feitas a qualquer campo do saber diz respeito à aplicação de um modelo epistemológico comum – descritivo e/ou explicativo – a todos os fenômenos, apagando o percurso histórico das singularidades locais. No caso da Linguística, problematiza-se o modelo geral de descrição das línguas, conforme observado por Auroux (2009): “[...] a elaboração ocidental do tratamento das línguas, tanto europeias quanto extra europeias, pressupõe que a decomposição da linguagem em *palavras* é algo absolutamente essencial” (AUROUX, 2009, p. 102). Nesse caso, a gramática e o dicionário oferecem a base epistêmica para compreender a língua. O uso de um modelo comum de descrição das línguas também é criticado por Nick Riemer, no blog *History and Philosophy of the Language Sciences*: “ideias sobre ‘reduzibilidade’, ‘objetividade’ e ‘transparência’ confinam as línguas dentro de uma dinâmica centralizadora e universalizadora, cujo objetivo é fundir a diversidade das práticas linguísticas de uma comunidade de fala em um único modelo chamado de ‘gramática[...]’” (RIEMER, 2016, s/n). Tanto Auroux como Riemer problematizam o caráter universalista e reducionista dos modelos de descrição da Linguística moderna. Poderíamos complementar, afirmando o caráter colonialista desses modelos únicos (SEVERO; MAKONI, 2015).

Assumimos que essa pretensão universal e generalista da Linguística europeia – em busca de leis aplicáveis à descrição de todas as línguas – é politicamente delicada quando consideramos os contextos linguísticos não europeus, especialmente dos países colonizados. A metalinguagem utilizada pelos estudos das línguas

nos séculos XVIII e XIX não é neutra, mas sinaliza relações de poder presentes na experiência colonial. Nesse caso, não é difícil aplicarmos à Linguística moderna a análise feita por Said (2011) a respeito do vocabulário colonial presente em obras literárias: “o vocabulário da cultura imperial oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como ‘raças servis’ ou ‘inferiores’, ‘povos subordinados’, ‘dependência’, ‘expansão’ e ‘autoridade’” (SAID, 2011, p. 41). Exemplos da metalinguagem linguística incluem: línguas em extinção, línguas primitivas, línguas simplificadas, línguas nativas, evolução linguística, entre outros.

Assumimos que a dimensão colonial está fortemente presente nas epistemologias modernas que emergiram no contexto europeu, conforme proposto por Santos (2004):

[...] é no plano epistemológico que o colonialismo assume maior centralidade na concepção de pós-moderno de oposição que tenho vindo a defender [...] A ignorância colonialista consiste na recusa do reconhecimento do outro como igual e na sua conversão em objecto e assumiu historicamente três formas distintas: o selvagem, a natureza e o Oriente. (SANTOS, 2004, s/n)

Consideramos que uma possível “Linguística pós-colonial” deveria ser capaz de revisar o projeto colonial inscrito no nascimento da Linguística moderna (europeia), colocando em xeque a pretensão universal, generalista, essencialista e as metalinguagens que submeteram as práticas linguísticas dos povos colonizados a determinados modelos epistêmicos (e políticos) que ajudaram a configurar aquelas práticas como exóticas, selvagens, simplificadas etc.

No âmbito de uma problematização dos modelos universais, embora possamos reconhecer o potencial crítico da noção de relativismo para desconstruir ideais universalistas, consideramos



prudente avaliar em que medida o relativismo de fato opera a favor do reconhecimento (epistêmico, político e histórico) da diferença e da alteridade na formulação daquilo que, no nosso caso, conta como língua. Por exemplo, abordagens que buscam relativizar a universalidade europeia, por vezes, acabam reforçando a *excepcionalidade europeia* em que “qualquer movimento ou tendência de mudança que venha de zonas extra europeias ou não ocidentais é interpretado como uma mera manifestação ‘reactiva’ aos processos expansionistas de modernização” (RAMAO, 2007, p. 56). A excepcionalidade opera como uma forma de relativismo que, embora busque reconhecer as especificidades geopolíticas e culturais, opera hierarquizando essas especificidades, em que o padrão europeu impõe-se – epistêmica, política e culturalmente – sobre os demais. Por outro lado, um relativismo radical correria o risco de produzir a ilusão de relações horizontais e igualitárias, apagando a dimensão das relações de poder historicamente constituídas: “se tudo vale e vale igualmente como conhecimento, todos os projectos de transformação social são igualmente válidos ou, o que é o mesmo, são igualmente inválidos” (SANTOS, 2004, s/n).

No campo linguístico, como exemplo de *excepcionalidade europeia*, podemos mencionar os estudos de pidgin e crioulo que ratificam o modelo linguístico europeu como chave de descrição e análise dos processos de mudança que emergiram do contato entre as línguas faladas pelos povos colonizadores e colonizados (SEVERO; MAKONI, 2015). A título de ilustração, o uso recorrente do termo “simplificação” para caracterizar as línguas emergentes do contato linguístico reitera o vocabulário colonizador típico do século XIX, conforme facilmente verifica-se no *Handbook of Pidgin and Creole Studies* (KOUWENBERG; SINGLER 2008):

começarei considerando a questão da **simplificação morfológica** e como ela pode se manifestar em pidgins e crioulos. (p. 75)

[...] debate centrado em torno de se a **simplificação**, um dos ‘processos universais’ de aquisição de segunda língua (ASL), seria responsável pela **simplificação formal** encontrada em pidgins e crioulos em comparação com as línguas que entraram em contato com eles. (p. 189)

Ademais, o universalismo europeu não pode ser visto de forma homogênea e essencialista, uma vez que houve diferentes projetos coloniais vinculados à Europa (lusofonia, hispanofonia, anglofonia etc.). A Europa também não é uma categoria homogênea, a-histórica e transcendente, mas surgiu como fruto das relações de poder típicas da modernidade, incluindo o colonialismo e os nacionalismos. Na ótica de Souza, “não só houve vários colonialismos, como foram complexas as relações entre eles, pelo que algo está errado se tal complexidade não se reflectir nas próprias concepções de pós-colonialismo” (SOUZA, 2004, s/n). Assim, o próprio conceito de pós-colonialismo deve ser contextualizado e exemplificado. Neste capítulo, entendemos que o processo de produção e circulação dos saberes (a Linguística moderna) não deve ser visto de maneira descontextualizada: trata-se de considerar as condições históricas e políticas de emergência da língua como objeto “científico”. Diante disso, concordamos com Quijano (1992) sobre a necessidade de submeter a racionalidade europeia à crítica pós-colonial, revelando as condições políticas de produção dos saberes na modernidade. Trata-se, assim, de considerar que a racionalidade europeia consistiu “en primer término, en una colonización del imaginario de los dominados” (QUIJANO, 1992, p. 12)

Assumimos que as condições de emergência da Linguística moderna estiveram fortemente vinculadas à experiência colonial, em que as práticas linguísticas dos sujeitos (colonizados) foram discursivizadas por meio de chaves epistêmicas centradas tanto nos modelos greco-latino e cristão como na concepção de língua dos estudos comparados (SEVERO; MAKONI, 2015). Tratou-se de



um movimento sistemático de invenção das línguas – “exóticas”, “gerais”, “indígenas”, “da terra”, “locais”, “africanas” – a partir de processos de gramatização (AUROUX, 2009) centrados, de forma geral, na gramática e nos dicionários. Priorizou-se, com isso, uma visão estratificada da língua em níveis específicos, com papel importante conferido à morfologia (processos flexionais) e à sintaxe (partes do discurso). A dimensão semântica estaria submetida a uma visão lógica, em diálogo com a concepção semântica greco-latina. E a fonologia reforçaria a relação fonema-grafema, criando condições para a inscrição do letramento em sociedades orais e alterando as representações sociais dos sujeitos ditos colonizados sobre as línguas e suas práticas linguageiras (MAKONI; MEINHOF, 2006).

Ainda sobre as categorias universalismo-relativismo, podemos problematizar: se, por um lado, o universalismo tende a reforçar visões dogmáticas e autoritárias – pela imposição de um modelo único e generalizável –, por outro, o relativismo pode amortecer a dimensão política do diálogo entre os sujeitos através de uma celebração acrítica das diferenças e da pluralidade, apagando as relações de poder. No campo linguístico, o relativismo celebratório poderia ser exemplificado por certos ramos da sociolinguística da política linguística, que defendem de forma panfletária a diversidade linguística sem, contudo, refletir sobre as relações de poder subjacentes a essa diversificação. Reiteramos, aqui, a perspectiva de Hannah Arendt (2007) para quem a dimensão público-política da condição humana requer o convívio plural entre os sujeitos, por meio do discurso e da ação. Esse convívio plural, contudo, não pode se apoiar em leis universais ou em perspectivas individuais. Aproximamo-nos, com isso, da perspectiva polifônica de Bakhtin (1984), que opera como crítica ao reducionismo presente no par universalismo-relativismo:

... não vemos necessidade especial de ressaltar que a abordagem polifônica não tem nada em comum com o relativismo (ou com o dogmatismo). Mas deve-se notar que tanto o

relativismo quanto o dogmatismo excluem igualmente toda argumentação, todo diálogo autêntico, tornando-o desnecessário (relativismo) ou impossível (dogmatismo). A polifonia como método artístico encontra-se em um plano completamente diferente. (BAKHTIN, 1984, p. 69)

O convívio plural, centrado na capacidade de diálogo e ação dos sujeitos (ARENDDT, 2007), não deve, contudo, ocultar as assimetrias historicamente constituídas entre os diferentes sujeitos e geopolíticas. Trata-se, portanto, de fomentar o princípio político do diálogo como fundamento de uma possível “Linguística Pós-colonial”, sendo que esse diálogo não deveria favorecer as línguas de prestígio – submetendo os (ex)-colonizados a processos perversos de “aprendizagem” em busca de uma proficiência politicamente construída e validada. Trata-se de diálogos que se constroem por meio de, entre outros, políticas de tradução: “o trabalho de tradução visa transformar a incomensurabilidade em diferença, uma diferença que torne possível a inteligibilidade recíproca entre os diferentes projectos de emancipação social sem que nenhum possa subordinar em geral ou absorver qualquer outro” (SANTOS, 2004, s/n), ou seja, o diálogo plural implica um trabalho dos sujeitos em busca da inteligibilidade, como efeito de um processo de negociação de sentidos com as “alteridades”, desconstruindo o privilégio político e econômico de certas línguas europeias.

Além do universalismo dogmático ou do relativismo acrítico, outro elemento que tem sido alvo da crítica pós-colonial é a concepção de sujeito: problematiza-se a visão idealizada e romântica de um sujeito individualizado, racional, transcendental, autorregulador, uniforme e homogêneo. Tal visão de sujeito está aliada a outro aspecto fortemente problematizado pelas abordagens pós-coloniais: o capitalismo. No caso da Linguística, é relevante considerarmos a avaliação feita por Riemer: “se os indivíduos previsíveis (isto é, seguidores de regras), racionais e conformis-



tas pressupostos por modelos linguísticos de falantes-ouvintes realmente existissem, eles seguiriam o modelo de consumidores e empregados” (RIEMER, 2016, s/n). Se a crítica pós-colonial se fundamenta, em grande medida, na crítica ao modelo econômico capitalista que emergiu com a modernidade-colonialidade (SANTOS, 2004; MIGNOLO, 2007), é pertinente submetermos a Linguística a indagações a respeito de seu projeto político: o quanto as diversas pesquisas em Linguística e Linguística Aplicada têm contribuído para a manutenção de um sistema econômico que reforça privilégios e assimetrias, favorecendo uns em detrimento de outros?

Exemplificamos com o caso da mercantilização das línguas (CALVET, 2002), que caracteriza a prioridade conferida ao estudo de certas línguas pelo “valor econômico” que elas assumem – ensino de inglês ou das línguas europeias – em detrimento de outras, como as línguas africanas ou indígenas da América Latina; ou, ainda, quando observamos discursos em defesa da diversidade linguística ou dos direitos linguísticos que reforçam modelos políticos e econômicos vigentes, pois reiteram concepções de língua gestadas no interior do projeto colonial. Trata-se, com isso, de avaliar não apenas os perigos do *realpolitik*, mas, também, da *reallinguistik*, que tem sido amplamente praticada de forma acrítica pelos linguistas e linguistas aplicados (PENNYCOOK; MAKONI, 2015). Defendemos que o *reallinguistic* ressoa uma história colonial e colonizadora fortemente presente em alguns modelos linguísticos generalistas, universalistas, essencialistas, celebratórios e individualistas aplicados atualmente.

Consideramos que questionar o conceito de sujeito nos estudos linguísticos é crucial, pois assumimos que em uma perspectiva pós-colonial o que está em jogo é a dimensão política das línguas, o que implica uma abordagem contextualizada e personificada. Isso significa que a maneira como os sujeitos compreendem suas práticas linguísticas é epistemológica e politicamente relevante

(HARRIS, 1980; RAJAGOPALAN, 2003). Ademais, Rajagopalan (2003) propõe que a aproximação da Linguística com os modelos das ciências exatas distanciou os linguistas dos interesses polares, colocando em xeque a relevância social da Linguística. Assumimos que a contextualização das pesquisas linguísticas implica considerar as línguas como produto de práticas sociais e não o inverso: as línguas emergem das práticas compartilhadas de produção e de negociação de sentidos. Reconhecemos, assim, a necessidade de reiteradamente problematizarmos o conceito de sujeito subjacente aos modelos linguísticos empregados. Uma visão cognitiva e/ou biológica, que seja social e historicamente desconectada, corre o risco de reforçar um modelo essencializável de subjetividade que desconsidere as diferenças e singularidades próprias que emergem da relação dos sujeitos com a alteridade.

#### PALAVRAS FINAIS

O objetivo deste capítulo foi problematizar a relação entre Linguística, colonialismo e pós-colonialismo. Diferentemente dos estudos literários, a Linguística moderna resiste a uma revisão epistemológica e política de suas bases, confrontando as condições históricas de sua emergência. Diversos saberes têm sido submetidos a uma constante crítica (pós-) colonial, como a Antropologia, os estudos literários, a História e as Ciências Sociais, ilustrando a maneira como a emergência desses saberes esteve atrelada à construção de representações políticas sobre as várias práticas e experiências de povos ditos colonizados. Ocorre que dificilmente encontramos, com a mesma robustez, uma revisão crítica dos postulados linguísticos que revele a maneira como a Linguística recortou e construiu, politicamente, o seu objeto, especialmente a partir do século XVIII.

Reconhecemos, assim, que ainda somos tributários de uma Linguística colonial que reitera regimes discursivos, metalinguagens e modelos teórico-metodológicos que ratificam certas



relações de poder entre os sujeitos, sendo as línguas tomadas como porta de entrada para validar essa relação. É o exemplo do racismo linguístico (SEVERO, 2015), em que certas representações de língua – como aquelas centradas em modelos de proficiência das línguas europeias consideradas de prestígio econômico – operam hierarquizando, classificando, diferenciando, agrupando ou segregando os sujeitos. Nesse processo, a Linguística e a Linguística Aplicada têm ajudado, por exemplo, a reforçar algumas assimetrias sociais ao reafirmar o valor econômico de certas línguas, alimentando a poderosa indústria dos livros didáticos e das metodologias de ensino de “línguas estrangeiras”. Interessante notar que apenas um grupo seleto de línguas se torna alvo dessas indústrias: línguas europeias, de forma geral. Esse é apenas um exemplo da maneira como a Linguística moderna tem contribuído para a manutenção de relações de poder gestadas no contexto colonial, deixando para segundo plano, por exemplo, a problematização da relação entre língua e poder, língua e economia, as representações dos sujeitos sobre as suas práticas discursivas, os conceitos de língua de diferentes povos, entre outros.

Assumimos que é preciso submeter a Linguística a uma revisão epistêmica urgente, a partir de um diálogo com a perspectiva dos povos ditos colonizados e das situações políticas contemporâneas. Diante desse quadro de revisão epistêmica, e inspirados por Said, fica o desafio de (re)construirmos narrativas e discursividades sobre as práticas comunicativas:

haverá maneiras de conceber a experiência imperial sem recorrer a termos compartimentalizados, de forma a transformar nossa compreensão tanto do passado quanto do presente e nossa atitude em relação ao futuro? (SAID, 2011, p. 51)

## REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, 10. ed.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: EdUnicamp, 2009.
- BAKHTIN, M. *Problems of Dostoevsky's Poetics*. Trad. Caryl Emerson. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1984.
- CALVET, L. J. *Le marché aux langues: les effets linguistiques de la mondialisation*. Paris: Plon, 2002.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000, 8. ed.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, 7. ed.
- HARRIS, R. *The Language-Makers*. Londres: Duckworth, 1980.
- KOUWENBERG, S.; SINGLER, J. V. (Ed.). *The Handbook of Pidgin and Creole Studies*. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2008.
- MAKONI, S.; MEINHOF, U. Linguística aplicada na África: desconstruindo a noção de língua. In: MOITA LOPES, L. P. (Org). *Por uma Linguística Aplicada Interdisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- MARRAMAO, G. O problema de uma esfera pública global. In: *Giorgio Agamben Giacomo Marramao Jacques Rancière Peter Sloterdijk*. Porto: Fundação Setraves, 2007.
- MIGNOLO, W. *La idéia de America Latina*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. Desinventando e (re)constituindo línguas. Trad. Cristine G. Severo. *Working Papers em Linguística*, v. 16, n. 2, 2015, p. 9-34. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers> > Acesso em 4 mar 2017.
- QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/razionalidad. *Perú Indígena*, v. 13, n. 29, 1992, p. 11-20.
- RAJAGOPALAN, K. *Por uma Linguística Crítica*. São Paulo: Parábola, 2003.
- RIEMER, N. Diversity, linguistics and domination: how linguistic theory can feed a kind of politics most linguists would oppose, maio/2016. In: *Blog History and Philosophy of the Language Sciences*. Disponível em < <https://hiphilangsci.net/2016/05/11/diversity-linguistics-and-domination-how-linguistic-theory-can-feed-a-kind-of-politics-most-linguists-would-oppose/> > Acesso em 5 mar 2017.
- ROBINS, R. H. *Pequena História da Linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.
- SANTOS, B. S. *Do pós-moderno ao pós-colonial*. Conferência de abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra,



2004. Disponível em < [www.ebah.com.br/content/ABAAAASIMAC/pos-moderno-ao-pos-colonial](http://www.ebah.com.br/content/ABAAAASIMAC/pos-moderno-ao-pos-colonial)> Acesso em 5 mar 2017.
- SAID, E. Cultura e imperialismo. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2000.
- SEVERO, C. G. *Políticas Linguísticas e Racismo*. In: Actas del VII Encuentro Internacional de Investigadores de Políticas Linguísticas. Córdoba: Facultad de Lenguas, Universidad Nacional de Córdoba, 2015, p. 403-409.
- SEVERO, C. G.; MAKONI, S. B. *Políticas Linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Florianópolis: Insular, 2015.
- SEVERO, C. G. Língua e poder nos mundos da vida e da arte: diálogos entre Brasil e Angola. In: LEITE, I. B.; SEVERO, C. G. (Orgs.). *Kadila: culturas e ambientes – Diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Blucher, 2016a, p. 299-320.
- SEVERO, C. G. A invenção colonial das línguas da América. *Alfa: Revista de Linguística*, v. 60, n. 1, 2016b, p. 11-28.

### CAPÍTULO 3

## A QUEDA DO CÉU: ELEMENTOS PARA A DESCENTRALIZAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM DESDE VISÕES INDÍGENAS

André Marques do Nascimento

### POSICIONANDO O LÓCUS DE ENUNCIÇÃO

As transformações sociais gestadas e implementadas nas últimas duas décadas no Brasil, no que se refere ao reconhecimento e ao respeito à diferença cultural, hierarquizada desde inícios do período colonial, tiveram como um de seus principais resultados a abertura para que corpos historicamente marginalizados e silenciados passassem a desestabilizar o panorama monocromático da maior parte das universidades do país, seja por meio de ações afirmativas, como o sistema de cotas para cursos de graduação e de pós-graduação, ou pela implantação de cursos direcionados a populações e grupos culturais específicos, como são os cursos destinados à formação superior de docentes indígenas, genericamente conhecidos como licenciaturas interculturais.

É neste contexto de abertura das políticas públicas em prol do reconhecimento da pluralidade cultural que o curso de licenciatura em Educação Intercultural da Universidade Federal de Goiás é implantado e mantém-se em funcionamento, desde